

Handwritten signature

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE TOMAR**

CURSO	Conservação e Restauro	ANO LECTIVO	2014/2015
--------------	------------------------	--------------------	-----------

UNIDADE CURRICULAR	ANO	SEM	ECTS	HORAS TOTAIS	HORAS CONTACTO
História de Portugal 1	1º	2º	4	108	T:30; TP:15; OT:2

DOCENTES	Doutora Maria Madalena Larcher, Prof.Adjunta
-----------------	--

OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER

Dar uma visão global da História de Portugal medieval, procedendo a uma revisão sistemática, na qual se procuram abrir perspectivas mais profundas. Trabalhar-se-ão fontes documentais, procurando fazer-se uma aproximação a aspectos relevantes para o património cultural.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Secção I. A formação do reino (1095/96 - 1165/79):

1. Contexto do nascimento de Portugal (conceito de *Respublica Christiana* e fundamentos da doutrina política medieval)
2. O Condado Portucalense (no contexto da Reconquista; sua natureza jurídica)
3. O Governo do Condado (pelos condes D.Henrique, de 1095 a 1112, e D.Teresa, de 1112 a 1128; por D.Afonso Henriques, a partir de 1128)
4. O Processo de emancipação e de reconhecimento do reino

Secção II. O reino de Portugal na ordem da *Respublica Christiana* (1179 – meados sécXIII)

1. A Supremacia pontifícia na Ordem Portuguesa
 - 1.1. As confirmações da coroa aos sucessivos monarcas
 - 1.2. As cartas com a exigência de cumprimento de obrigações censitárias

- 1.3. A ameaça papal à soberania do monarca sobre o reino
- 1.4. As advertências pontifícias a D.Afonso II e D.Afonso III
- 1.5. A destituição do exercício do poder de D.Sancho II e o Auto de Juramento de D.Afonso, conde de Bolonha, de 8 Set.1245

2.A Estrutura Institucional

- 2.1. Administração central
- 2.2. Administração Local

3.O estatuto das Minorias: Mouros e Judeus

4.A Reconquista

5. O fim de um período: a regência (1245-1248) e o reinado de D.Afonso III (1248-1279)

- 5.1. A definição das fronteiras nacionais (a conquista do Algarve com o apoio da Ordem de Santiago, em 1249 ; a guerra com Castela pela posse do Algarve, em 1250; 3. O Tratado de Badajoz de 1267 referente à posse do Algarve)
- 5.2. O Início da afirmação do poder régio (o conflito com a Igreja: o interdito sobre o reino lançado em Fevereiro de 1277 e só resolvido no reinado de D.Dinis)
- 5.3. As Cortes (as de Leiria de 1254 e as de Coimbra de 1261)

Secção III. A afirmação portuguesa como nação (1279-1385):

1.A Dinastia Borgonha-Bolonha *post* Afonso III (1279-1383)

1.1. As grandes linhas

1.2. Os monarcas e a sua acção: de D.Dinis a D.Fernando

1.2.1. O reinado de D.Dinis (1279-1336):

1.2.1.1. A família real e o destaque da rainha Santa Isabel

1.2.1.2. A guerra civil com o infante D.Afonso (1281) e o acordo de 1299; a guerra civil (1321-1324)

1.2.1.3. A afirmação da nação (a demarcação final das fronteiras; a acção administrativa; a língua e a cultura; a fundação da Universidade; a nacionalização das ordens militares)

1.2.2. O reinado de D.Afonso IV (1336-1357);

1.2.3. O reinado de D.Pedro (1357-1367)

1.2.4. O reinado de D.Fernando (1367-1383):

1.2.4.1. As guerras com Castela e os sucessivos contratos de casamento de D.Beatriz;

1.2.4.2. A fundamentação da intervenção de D.Fernando em Castela;

1.2.4.3. A primeira guerra com Castela (1369-1370);

1.2.4.4. O casamento com D.Leonor Teles em Abril de 1371 e as suas implicações políticas;

1.2.4.5. A Aliança Inglesa. O Tratado de Tagilde de 10 Jul.1372;

1.2.4.6. A segunda guerra com Castela (1372-1373);

1.2.4.7. As medidas de Fomento: a lei das Sesmarias de 28 Maio de 1375, a protecção ao comércio marítimo;

1.2.4.8. O início do Grande Cisma em 1378 e a posição portuguesa;

1.2.4.9. A terceira guerra com Castela (1381-1382) e as suas implicações.

2.A afirmação face a Castela (1383-1385)

2.1. A morte de D.Fernando (22 Out.1383) e a regência de D.Leonor Teles (Out.1383-Jan.1384)

2.2. As regências do Mestre de Avis (Dez.1383-Out.1384 / Out.1384-Abril 1385) e a invasão do reino por D.João de Castela (Jan.-Out.1384); o cerco de Lisboa (8 Fev.-3 Set.1384)

2.3. A definição jurídica da questão: As cortes de Coimbra (Março-Abril 1385): a atribuição da coroa; o financiamento da guerra; a formulação dos capítulos dos três estados; a estratégia e argumentação do Doutor João das Regras quanto aos direitos dos candidatos; a eleição de D.João, Mestre de Avis (6 Abr.)

2.4. A definição militar : a Batalha de Aljubarrota

2.5. A política diplomática: a aproximação da Inglaterra (o Tratado de Windsor de 9 de Maio; o Tratado entre o rei de Portugal e o duque de Lancastre de Nov.de 1386; o casamento de D.João I com D.Filipa de Lancastre)

2.6. As sequelas com Castela: confrontos, tréguas e pazes; evolução até ao tratado de paz de Ayllon de 31 de Out.de 1411

3.Sociedade e cultura: os reflexos da estratificação social nos valores e mentalidades; a literatura, no contexto das restantes artes; o ensino

Secção IV. A centralização do poder e o primeiro século das navegações, sob a dinastia directa de Avis (1385-1495)

1. O contexto europeu: o fortalecimento do Estado

2. D.João I (1385-1433):

2.1. A Casa de Avis (a ínclita geração e as suas alianças; as casas ducais de Coimbra e Viseu; a origem da Casa de Bragança)

2.2. O rumo das novas fronteiras: a Conquista de Ceuta em 1415 (preparação da empresa e sua fundamentação; a conquista e as reacções mouras)

2.3. D.Henrique administrador da Ordem de Cristo (1420 a 1460)

2.4. Administração e Cortes

3. D.Duarte (1433-1438)

3.1. A Lei Mental, promulgada nas cortes de Santarém de 1434

3.2. A política marroquina (as cortes de Évora de 1436; o desastre de Tânger; as cortes de Leiria de 1438)

4. A menoridade de D.Afonso V e a acção de D.Pedro, duque de Coimbra (1438-1448)

4.1. O problema da regência: a regência de D.Leonor (Set.-Nov.1438); as cortes de Torres Novas e o Regimento do Reino; a regência de D.Leonor e D.Pedro (Nov.1438-Dez.1439); a regência de D.Pedro (Dez.1439-Jan.1446; a renovação da regência em D.Pedro nas Cortes de Lisboa (Jan.1446-Jul.1448)

4.2. A acção do regente D.Pedro (1439-1448): traços globais; a política dos descobrimentos

4.3. A criação do título de Duque de Bragança (1442)

4.4. As Ordenações Afonsinas (1446)

5. O reinado Pessoal de D.Afonso V (1448 -1481):

5.1. O reinado até à intervenção na questão sucessória castelhana (1448-1475); o drama de Alfarrobeira (1449): causas, desenlace, repercussões

5.2. A ideia de Cruzada em D.Afonso V: a adesão ao frustrado projecto de libertação de Constantinopla, perdida em 1453; a cruzada no norte de África (a conquista de Alcácer Ceguer (1458); as campanhas de Marrocos de 1463 a 1471)

5.3.Os últimos seis anos do reinado: do envolvimento na sucessão de Castela à morte de D.Afonso V (1475-1481) (pretensões ao trono de Castela; a Batalha de Toro (2 Março 1476); as diligências em França e na Borgonha (1476-1477). A episódica abdicação da coroa em seu filho (23 Set.1477); as negociações da paz; o tratado das Terçarias de Moura (1479) e a paz das Alcáçovas, em 4 Set.1479)

MSB

5.4. As descobertas e a acção incontornável do Infante D. Henrique: as controvérsias historiográficas em torno da sua polifacetada personalidade; das Canárias aos arquipélagos da Madeira e dos Açores; a passagem do Cabo Bojador (1434) e o contorno da costa africana até à Serra Leoa (1460); o reconhecimento pontifício dos direitos às terras descobertas; os direitos sobre os mares: o destaque da bula *Romanus Pontifex* de 8 de Janeiro de 1455; a bula de Calisto III, *Inter Caetera quae nobis* de 1456 e a sua importância para a história da Ordem de Cristo (da qual é governador o infante após 1420) e a do futuro império; a morte do infante em 1460 e a herança do seu património, da Casa de Viseu e do governo da Ordem de Cristo por D. Fernando, irmão de D. Afonso V

6. A centralização do poder em D. João II: o confronto com a alta nobreza

6.1. As cortes de 1481 e o juramento de menagem imposto à nobreza

6.2. A centralização do poder (as conjuras de 1483-1484, a execução do duque de Bragança, a 29 Jun. 1483, e o assassinio do duque de Viseu e de Beja D. Diogo (28 Ago. 1484)

6.3. A política peninsular: o frustrado projecto de união peninsular na pessoa do príncipe D. Afonso; o seu casamento com D. Isabel, filha primogénita dos Reis Católicos (Nov. 1490); a morte do príncipe (1491) e o fim do reinado

6.4. A acção no norte de África

6.5. A continuação da obra do Infante: os avanços em África, no contorno da costa e na interiorização; as missões de Diogo Cão e de Diogo da Azambuja; Bartolomeu Dias, Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva; a defesa do *mare clausum* e a política de sigilo; o Tratado de Toledo (1480); as controvérsias em torno de Cristóvão Colombo; da bula *Inter caetera* de 1493 ao Tratado de Tordesilhas (7 Jun. 1494)

6.6. Sociedade, Assistência e Ensino

6.7. A literatura: humanismo e horizontes medievais; a literatura de viagens.

BIBLIOGRAFIA

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

J. VERÍSSIMO SERRÃO, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, 3 v., Lisboa, 1972-1974

JOEL SERRÃO, dir., *Dicionário de História de Portugal*, 2ª ed., 6 v., Porto, 1990 e respectivo Suplemento

Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses, dirigido por L. DE ALBUQUERQUE, 2 vs., Lisboa, 1994.

HISTÓRIAS GERAIS DE PORTUGAL:

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, 12ª ed., 3v., Lisboa, 1985

JOSÉ MATTOSO coord. de, *História de Portugal*, 8 vs., Lisboa, 1992-1993

DAMIÃO PERES, dir. de, *História de Portugal*, ed. de Barcelos, 7v. + 2 supl. + ind., Porto, 1928-1981

J. VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, 17 v., 1976 [4 1995] -2010

JOEL SERRÃO e A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Nova História de Portugal*, em publicação*, Lisboa, 1993-*...

HISTÓRIAS GERAIS TEMÁTICAS DE PORTUGAL

FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, 2ª ed., 4v., Porto, 1967

J. LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, 4ª ed., Porto, 1988

MARCELLO CAETANO, *História do Direito Português*, 2ª ed., Lisboa, 1985

Colecção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, v. I-XII

HISTÓRIAS GERAIS DOS DESCOBRIMENTOS E EXPANSÃO

JAIME CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, 3v., Lisboa, 1990

DUARTE LEITE, *História dos Descobrimentos*, 2 v., Lisboa, 1959

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação consiste:

- a) Numa frequência semestral, na qual será necessário obter a classificação final mínima de 10 (dez) valores para aprovação na cadeira, dispensando de exame;
 - b) Um exame final escrito para os alunos que não tiverem obtido aprovação na frequência, no qual é exigível também a classificação de 10 (dez) valores, sob pena de reprovação.
- O docente poderá igualmente proceder a um exame oral, para confirmação das avaliações escritas sempre que considerar necessário.

Damião Peres

